ATA DA 136ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDERURAL – 12/09/2017.

I. Introdução: Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, tendo por local a sala de reuniões da SAR, cito à Rodovia Admar Gonzaga, 1486, Itacorubi, Florianópolis, SC, reuniram-se os membros do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, convocados para a reunião ordinária através do Ofício Circular nº 014/2017/SAR/Cederural de 31 de agosto de 2017, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 2) Apresentação de informações relacionadas ao encerramento do Contrato de Empréstimo firmado entre o Governo do Estado e o Banco Mundial; 3) Apresentação de informações sobre o pleito no novo Programa - SC Rural 2, em tramitação no Governo Federal; 4) Atualização do Programa SC Rural como política pública estadual com a inclusão da nova atividade que está sob a Coordenação da Secretaria Executiva do SC Rural - Núcleo de Inovação Tecnológica - NITA; 5) Discussão para aprovação da Resolução nº 032/2017/SAR/Cederural que dispõe sobre o projeto Especial Programa Juro Zero – Agricultura e Pesca; 6) Discussão para aprovação da Resolução nº 033/2017/SAR/Cederural que dispõe sobre o Programa Água para o Campo - Aquisição de caminhões tanques para distribuição de água; 7) Assuntos gerais. O secretário adjunto, Airton Spies, abriu a reunião ordinária do Cederural dando as boas vindas a todos e justificou a ausência do secretário Sopelsa. Após ler os itens de pauta, Spies perguntou se havia algum outro item a ser incluído na mesma. Francieli informou que já havia comunicado os conselheiros sobre a discussão do Projeto de Lei nº 0276.2/2017 do deputado Pedro Baldissera que Dispõe sobre Política Estadual de incentivo à formação de Bancos Comunitários de Sementes e Mudanças e adota outras providências. Isaac solicitou discussão sobre o Código Ambiental Brasileiro. Hilário solicitou a inclusão de apresentação sobre o projeto piloto de Regularização Fundiária. Francieli solicitou a apresentação de todos. Estavam presentes Airton Spies, representando o secretário Moacir Sopelsa, presidente do Cederural, Athos de Almeida Lopes Filho, Audi Kamers, Hilário Gotselig, representantes da SAR, Isaac de Souza, representante da Secretaria da Fazenda, Guilherme Silva, do Banco do Brasil, André Perini, da Secretaria de Educação, Lucas Moraes, do MAPA, José Almerly Padilha, da Ocesc, Alexandre Gomes, representante da FETAESC, José Pedrozo, representante da FAESC, Diego Hemkemeier Silva, representante da FATMA, Nelson Oliveira, da FEPESEC, Gustavo Seleme, representante da FIESC, e, Francieli Magri, secretária executiva do Cederural. Também estavam presentes como convidados Ditmar do SCRural, Rosana Kokuszka e Edilene da Epagri, Luiz Pacussar e Robson Mogno do SICREDI, Gilmar German do Banco Mundial, André Poletto do SC Rural, Luiza Oliveira do Sicoob e Ricardo Miotto da Cidasc.

II. Encaminhamento da reunião: Item 1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os conselheiros receberam a ata por e-mail e não havendo necessidade de alterações, deu-se por dispensada a leitura da ata anterior e a mesma foi aprovada sem ressalvas do Conselho.

Item 2, 3 e 4. Apresentação de informações relacionadas ao encerramento do Contrato de Empréstimo firmado entre o Governo do Estado e o Banco Mundial; 3) Apresentação de informações sobre o pleito no novo Programa - SC Rural 2, em tramitação no Governo Federal; 4) Atualização do Programa SC Rural como política pública estadual com a inclusão da nova atividade que está sob a Coordenação da Secretaria Executiva do SC Rural - Núcleo de Inovação Tecnológica – NITA. Ditmar solicitou que esses três itens fossem tratados de uma forma única para facilitar o entendimento. Poletto iniciou a apresentação falando que o programa trabalha no tripé de sustentabilidade: econômico, ambiental e social. Informou que o Microbacias I trabalhou mais a questão ambiental, o Microbacias II trabalhou muito a organização dos agricultores familiares, voltada para a questão social. Já o SC Rural trabalhou mais a questão de competitividade voltada pra renda, ou seja, um viés mais econômico. O SC Rural teve um financiamento de 90 milhões de dólares e contrapartida do Estado de 99 milhões de dólares e terminou em junho de 2017. A avaliação preliminar do BIRD é que o programa foi altamente satisfatório. Todas as metas foram atingidas e superadas. Os números atingidos pelo SC Rural serão enviados em apresentação juntamente com esta ata. Também estão disponíveis no site do programa: www.scrural.sc.gov.br. Poletto informou que foi realizada uma carta consulta no ano de 2016 para renovação do programa SC Rural. Como resultado foi apontado alguns novos desafios para continuação do SC Rural: a articulação institucional, diminuição da burocracia,

50 planejamento territorial, evolução dos canais de comercialização, melhoria de infraestrutura, assistência
51 técnica e extensão rural junto ao produtor, serviços públicos melhorados, mais informação, oportunidade de
52 rentabilidade econômica e acesso a tecnologias, crédito ambiental e práticas ambientais e planejamento do
53 CAR e do PRA, educação profissional, trabalhar a baixo autoestima do agricultor, descontinuidade dos
54 trabalhos do programa, sucessão familiar e masculinização do meio rural. Poletto apresentou um mapa com
55 indicativos de extrema pobreza do Estado, estudo da Secretaria de Assistência Social, onde esse novo
56 programa deve ser mais trabalhado. Tendo havido dúvidas sobre os dados, Ditmar informou que poderia
57 disponibilizar o estudo para a Francieli e na sequência ser enviado para o Cederural. Sobre o novo programa,
58 Poletto informou que em apresentação em Brasília foi afirmado a capacidade institucional, visão e
59 preparação, evolução da política, inovação das intervenções, participação dos beneficiários e referência para
60 outros estados. A proposta é de 180 milhões de dólares sendo 126 milhões de empréstimo e 54 milhões de
61 contrapartida do Estado para 7 anos de execução. O novo SC Rural apresenta quatro componentes:
62 investimento em estrutura básica, competitividade e inovação tecnológica, eficácia dos serviços públicos
63 frente às demandas atuais e futuras e, gestão com monitoramento e avaliação. Ditmar informou que a carta
64 consulta está em tramite no governo federal e, tão logo seja aprovado, banco e estado estariam autorizados a
65 iniciar um processo de negociação. Sobre o Núcleo de Inovação Tecnológica para a Agricultura Familiar
66 (NITA) informou que o banco mundial recebeu recursos de países europeus, principalmente, como desafio de
67 atuar para o desenvolvimento de mercado para pequenas e médias empresas startups que desenvolvem
68 tecnologia. Foram escolhidos oito locais no mundo para realizar este investimento e Santa Catarina é um
69 deles. Foram identificadas 44 empresas que desenvolvem tecnologias de inovação no Estado. Porém, a
70 maioria desconhece as necessidades da agricultura familiar. O NITA surge para agrupar as demandas da AF
71 com a oferta de tecnologias. O objetivo é potencializar a estrutura existente, portanto a secretaria executiva
72 do SC Rural passa a ser do NITA, também. Todas as empresas que desenvolvem tecnologias poderão
73 cadastrar as tecnologias no portal do NITA. Essas tecnologias serão categorizadas em função do nível de
74 desenvolvimento. Nível 1: empreendedor imagina algo, mas não tem um protótipo, ainda precisa apoio de
75 linha de pesquisa. Nível 2: já tem um protótipo com funcionalidade. Nível 3: Quando a tecnologia já foi
76 validada e está pronta para ir para o mercado. Um dos desafios é qualificar a demanda. Tem-se falado muito
77 nas câmaras setoriais do Cederural: de que forma podemos melhorar a articulação do NITA para que as
78 câmaras possam ajudar a identificar quais são os principais problemas das respectivas cadeias produtivas.
79 No ano de 2013 o Cederural aprovou o Manual Operativo do SC Rural, vinculando o programa à SAR. O
80 governo do Estado irá manter as linhas orçamentárias do SC Rural mesmo após o encerramento do contrato
81 com o Banco Mundial. Porém, como todas as resoluções fazem menção ao contrato do empréstimo, foi
82 apresentada ao conselho uma minuta de resolução que mantém todas as linhas do programa como
83 permanentes do governo do Estado, desvinculando do contrato de empréstimo. Outra proposta do SC Rural é
84 a introdução de inovação tecnológica como linha especial do programa. O item a ser inserido é: Unidades de
85 Referência Tecnológica com Projetos de Inovações (URTI), com limite individual de até R\$ 20.000,00 (vinte
86 mil reais) e grupal de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) com limite de R\$ 20.000,00 por
87 participante. Ditmar informou que anteriormente toda linha de apoio era discutida com o Banco Mundial e com
88 o encerramento do contrato essas deliberações passam a ser realizadas pelo Cederural. Poletto informou que
89 este item obedece todas as regras aplicadas aos demais itens do SC Rural. Nelson questionou se essa
90 tecnologia vai atender a pesca, também. Ditmar afirmou que o NITA irá abranger todas as atividades
91 relacionadas à pesca e maricultura. Isaac questionou por que o SC Rural não apoia criação de animais
92 silvestres. Spies respondeu que essa questão dizendo que o problema da criação de animais silvestres está
93 na legislação. Porém, o NITA irá apoiar todas as tecnologias que estejam amparadas pela lei. Ditmar informou
94 que o SC Rural não define as linhas que irá aprovar, pois depende da qualidade dos projetos, mas o SC não
95 apoia: aquisição de agrotóxicos, aquisição de máquinas que revolvem o solo e, implantação de florestas
96 exóticas. Pedrozo questionou sobre o orçamento para o NITA e Ditmar informou que ele será apenas mais
97 uma linha de apoio dentro da cota orçamentária existente. Pedrozo solicitou que ficasse constado em ata que
98 tem orçamento e que é iniciativa do governo. O conselho aprovou a minuta de resolução do SC Rural como

99 programa continuado do governo do Estado e resolução que inclui o NITA como linha de apoio do SC Rural.
100 Ditmar informou que os limites da política serão estabelecidos pelo Governo do Estado alinhados com
101 Secretaria do Estado da Fazenda. **RESOLUÇÃO Nº 034/2017/SAR/Cederural. Dispõe sobre normas**
102 **operacionais e do Programa SC Rural.** O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, na forma da
103 Resolução no 001, de 9 de setembro de 1993, de conformidade com os incisos VII, IX e X do Art. 5º da Lei
104 Estadual no 8.676, de 17 de junho de 1992, e Decretos Regulamentares no 4.162, de 30 de dezembro de
105 1993, no 155, de 24 de maio de 1995, no 3.305, de 30 de outubro de 2001, e 3.963, de 25 de janeiro de 2006
106 e, tendo em vista a sessão deliberativa de 02 de agosto de 2010 e, Considerando o término da vigência do
107 Contrato de Empréstimo nº 7952-BR, firmado entre o Banco Internacional para a Reconstrução e
108 Desenvolvimento (BIRD) e o Estado de Santa Catarina e a necessidade de redefinir as normas operacionais
109 do Programa, RESOLVE: Art. 1º - Estabelecer a continuidade do Programa, que permanecerá a executar as
110 ações previstas, com amparo das linhas orçamentárias previstas no Plano Plurianual do Estado de Santa
111 Catarina. Art. 2º - Determinar que a vigência do Programa será mantida, ainda com o encerramento do
112 Contrato de Empréstimo. Art. 3º - Excluir a menção do “Contrato de Empréstimo nº 7952-BR” em todas as
113 resoluções aprovadas neste Conselho, que envolvem o Programa Santa Catarina Rural: Resolução nº
114 01/2010, 08/2010, 04/2011, 05/2011, 011/2013 e 012/2013. Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.
115 Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Art. 6º - Fica a Secretaria Executiva do SC
116 Rural autorizada a baixar normas operacionais e instruções complementares para a execução do Programa,
117 podendo para tanto, adotar medidas que viabilizem sua operacionalização. O Conselho Estadual de
118 Desenvolvimento Rural, na **RESOLUÇÃO nº 035/2017/SAR/Cederural. Dispõe sobre a aprovação do**
119 **Manual do Fundo de Investimentos Sustentáveis Versão nº 3 do Programa de Competitividade da**
120 **Agricultura Familiar de Santa Catarina – SC Rural.** forma da Resolução no 001, de 09 de setembro de
121 1993, de conformidade com os incisos VII, IX e X do Art. 5º da Lei Estadual no 8.676, de 17 de junho de
122 1992, e Decretos Regulamentares nos 4.162, de 30 de dezembro de 1993, 155, de 24 de maio de 1995,
123 3.305, de 30 de outubro de 2001, e 3.963, de 25 de janeiro de 2006 e, Considerando o disposto da Resolução
124 nº 05/2011/SAR/Cederural que instituiu junto ao Fundo de Desenvolvimento Rural-FDR, o Programa de Apoio
125 Financeiro do Programa Santa Catarina Rural, e sua operacionalização se dará através das normas
126 estabelecidas no Manual Operativo; Resolve: Art. 1º Incluir no Quadro 4 a atividade: “ Unidades de
127 Referências Tecnológicas com projetos de inovações (URTi)” que visa a implantação de unidades de
128 referência técnica em ação conjunta da Epagri com empresas desenvolvedoras, visando testar tecnologias
129 inovadoras, adaptadas à agricultura familiar e alinhadas a processos de produção sustentável. Valor limitado
130 em R\$ 20.000,00, quando individual e R\$ 150.000,00, quando grupal (mínimo de 3 famílias por grupo). Art. 2º
131 Aprovar a terceira versão do Manual do Fundo de Investimentos Sustentáveis-FIS – Versão 3. Art. 3º
132 Revogam-se as disposições em contrário. Art.4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no
133 Diário Oficial do Estado.

134 **Item 5. Discussão para aprovação da Resolução nº 032/2017/SAR/Cederural que dispõe sobre o**
135 **projeto Especial Programa Juro Zero – Agricultura e Pesca.** Athos lembrou que o Programa Juro Zero já
136 existiu na SAR. Nessa nova proposta, em empréstimos de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) o governo
137 subvenciona até 2,5% de juros. Acredita que há possibilidade de atender até 2.800,00 projetos num primeiro
138 momento. Pediu aos conselheiros que avaliassem as linhas de apoio listadas na resolução e deixou aberto
139 para debate e inserção de novos itens, caso o conselho achasse necessário. Sobre a definição das cotas,
140 sugeriu que seja feita por número de Declaração de Aptidão ao Pronaf por região e que nada impede que
141 essas cotas sejam revistas ao longo do programa. Spies informou que no programa anterior os juros eram
142 pagos integralmente no início, então o agricultor ficava devendo um montante menos no banco. Neste novo
143 programa a amortização será realizada ao longo dos anos, o que aumenta a disponibilidade de recursos,
144 porém compromete recursos orçamentários futuros. Alexandre questionou se o agricultor deverá quitar o
145 financiamento com período máximo de 8 anos. Audi informou que o prazo poderá ser maior, porém a
146 cobertura dos juros será de até 8 anos. Sugeriu que no momento em que o técnico realizar o projeto ele pode
147 indicar o período de 8 anos de maneira a facilitar os cálculos e entendimento. Nelson mostrou preocupação

148 com pescadores que não possuem DAP e foi esclarecido que a declaração pode ser realizada a qualquer
149 momento no escritório da Epagri. Sobre questionamentos de pagamento total de juros, foi esclarecido que a
150 subvenção será até 2,5% dos juros. Os conselheiros sugeriram alterar o nome do programa para “Menos
151 Juros”. Deste modo, alterou-se o título da resolução que foi aprovada por unanimidade pelo Conselho.
152 **RESOLUÇÃO nº 032/2017/SAR/Cederural. Dispõe sobre o Projeto Especial Programa Menos Juros –**
153 **Agricultura e Pesca.** O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, na forma da Resolução no 001, de 09
154 de setembro de 1993, de conformidade com o Artigo 5º da Lei Estadual no 8.676, de 17 de junho de 1992, e
155 Decretos Regulamentares nos 4.162, de 30 de dezembro de 1993, 155, de 24 de maio de 1995, 3.305, de 30
156 de outubro de 2001, e 3.963, de 25 de janeiro de 2006, e, Considerando que as linhas de crédito ao amparo
157 do PRONAF vêm atender a uma gama de reivindicações do setor agropecuário catarinense; Considerando
158 que o PRONAF tem recursos para atender a esses projetos; Considerando a alavancagem e o impacto
159 positivo que essas linhas de crédito trarão ao setor agropecuário catarinense; e Considerando que o Fundo
160 Estadual de Desenvolvimento Rural é um instrumento capaz de incentivar os produtores rurais a buscarem
161 essas linhas de crédito e dar suporte financeiro através de subvenção, Resolve: Art. 1º Fica criado no Fundo
162 Estadual de Desenvolvimento Rural o Programa Menos Juros – Agricultura e Pesca cujo objetivo é incentivar
163 projetos de investimento em propriedades rurais e pesqueiras. Art. 2º Linhas de apoio subsidiadas pelo
164 programa menos juros agricultura e pesca: a) Construção de cisternas, calhas para captação da água da
165 chuva, perfuração de poços, construção de pequenas barragens, proteção de fontes e sistema de distribuição
166 de água para consumo humano e animal; b) Construções, adequação, ampliação de pequenas agroindústrias
167 (agregação de valor); c) Maricultura; d) Pesca artesanal; e) Piscicultura; f) Turismo rural; g) Avicultura,
168 apicultura, caprinocultura, ovinocultura e suinocultura; h) Produção de leite e carne a pasto; i) Aproveitamento
169 de dejetos da produção intensiva de animais; j) Fruticultura, olericultura, plantas ornamentais; k) Energia
170 alternativa; l) Mecanização agrícola (exceto tratores, veículos e calcário); m) Projetos de investimentos e
171 agregação de valor para produção orgânica; n) Empreendimentos apoiados pelo SC RURAL (aprovados pela
172 Comissão Coordenadora Municipal) e pelo DRS do Banco do Brasil; Art. 3º O Programa Menos Juros –
173 Agricultura e Pesca subsidiará na forma de subvenção dos juros dos financiamentos contraídos pelos
174 produtores rurais que se enquadrarem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
175 (PRONAF), limitando-se a uma taxa de juros pactuada até 2,5% ao ano e ao valor máximo de financiamento
176 de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por produtor e com prazo de financiamento máximo de 8 (oito) anos. § 1º O
177 valor dos juros que servirá de base de cálculo da subvenção, será calculado e trazido para o valor presente e
178 dividido pelo número de parcelas aprazadas na operação bancária limitado até 8 anos. § 2º Para validar a
179 operação o produtor deverá assinar o Termo de Compromisso com a Secretaria de Estado da Agricultura e da
180 Pesca, sendo que o pagamento da subvenção será feito na forma de amortização do empréstimo,
181 diretamente ao agente financeiro, através da conta corrente do beneficiário. Art. 4º Para efeito de
182 enquadramento, deverá ser elaborado pelo escritório municipal da Epagri um Pré-enquadramento, informando
183 o valor e os itens a serem financiados, e encaminhar à Agência de Desenvolvimento Regional a que pertence
184 o município, para que aprove e devolva à Epagri para elaboração do projeto técnico. § 1º Para efeito de
185 aprovação dos Pré-enquadramentos, as Agências de Desenvolvimento Regional terão cotas, em Reais, a
186 serem financiados pelo agente financeiro, proporcionalmente ao número de estabelecimentos agropecuários
187 da área de sua abrangência, tomando como base o Levantamento Agropecuário Catarinense (LAC 2003) e
188 ou dados oficiais do IBGE. § 2º Para fins de atendimento a eventuais demandas superiores às cotas
189 distribuídas às Agências de Desenvolvimento Regional, fica a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
190 autorizada a reter 30% (trinta por cento) do total das cotas de financiamentos para remanejamento de acordo
191 com as necessidades regionais. Art. 5º Revoga-se as disposições em contrário. Art. 6º Fica a Diretoria de
192 Cooperativismo e Agronegócios incumbida de providenciar as normas e instruções complementares. Art. 7º
193 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
194 **Item 6. Discussão para aprovação da Resolução nº 033/2017/SAR/Cederural que dispõe sobre o**
195 **Programa Água para o Campo - Aquisição de caminhões tanques para distribuição de água.** Athos
196 informou que no ano de 2016 houve o Programa Água para o Campo – Cisternas, onde havia contrato para

197 construção de 311 cisternas, porém houve dificuldade na construção e apenas 234 serão construídas. O
198 recurso que iria sobrar foi remanejado para este novo programa de aquisição de caminhões. Este recurso
199 possibilitará a aquisição de 12 caminhões pipa que serão disponibilizados para as ADRs. Pedrozo questionou
200 se os caminhões poderão servir para transporte de resíduo orgânico e Athos informou é possível desde que
201 seja realizada limpeza. O conselho aprovou esta resolução com unanimidade. **RESOLUÇÃO nº**
202 **033/2017/SAR/Cederural. Dispõe sobre o Programa “Água para o Campo” Aquisição de caminhões**
203 **tanques para distribuição de água.** O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, na forma da
204 Resolução no 001 de 9 de setembro de 1993 de conformidade com o Artigo 5o da Lei Estadual no 8.676 de
205 17 de junho de 1992 e Decretos Regulamentares nos 4.162, de 30 de dezembro de 1993, 155, de 24 de
206 maio de 1995, e 3.305, de 30 de outubro de 2001, e, Considerando que o Estado de Santa Catarina vem
207 sendo atingido por estiagens recorrentes, provocando perdas significativas na agropecuária e
208 comprometendo a subsistência da agricultura familiar; Considerando que o Programa “Pacto por Santa
209 Catarina”, instituído pelo Decreto Estadual n.º 1.537, de 10 de maio de 2013, composto por projetos de
210 caráter estruturante, envolvendo áreas sociais e técnicas que afetam a competitividade da economia
211 catarinense, buscando garantir rápido avanço na infraestrutura e no desenvolvimento do Estado, vem atender
212 a uma gama de reivindicações do setor agropecuário catarinense; Considerando que no âmbito econômico do
213 Pacto projetos relativo ao programa “Caminhos do Desenvolvimento”, fazendo parte do programa “Água para
214 o Campo”, sistemas de distribuição de água para consumo humano e animal; Considerando a alavancagem e
215 o impacto positivo que trará ao setor agropecuário catarinense; Resolve: Art. 1o Fica criado no Fundo
216 Estadual de Desenvolvimento Rural - FDR o programa aquisição de caminhões tanques para distribuição de
217 água nos municípios que sofrem com problemas de falta de água. Art. 2o O FDR ira adquirir através de
218 processo licitatório, conjuntos de maquinários compostos de caminhões com distribuidores de adubo liquido
219 acoplados para distribuição de água nos municípios catarinenses. Parágrafo único: Os equipamentos serão
220 repassados às Agencias de Desenvolvimento Regional – ADRs e/ou Municípios através de termo de cessão
221 de uso. Art. 3o Fica a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca autorizado a baixar normas
222 operacionais e instruções complementares para a utilização dos bens adquiridos, podendo para tanto, adotar
223 medidas que viabilizem sua operacionalização. Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua
224 publicação.

225 **Item 7. Assuntos gerais. a) PL nº 0276.5/2017 que Dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à**
226 **formação de Bancos Comunitários de Sementes e Mudanças e dá outras providências.** De acordo com
227 Miotto, fazendo uma análise técnica das justificativas, pode-se observar que trata-se de um PL para criação
228 de uma política pública que fomente a manutenção da biodiversidade de sementes crioulas e cultivares
229 tradicionais. No que compete à Cidasc na parte de fiscalização de comércio, não observa nenhum impeditivo.
230 Porém, esse tipo de material (crioulas e tradicionais) fica à margem da Lei federal e estadual de sementes,
231 pois não demandam registro nem no MAPA e nem na Cidasc. Pontuou que criação e manutenção de banco
232 de germoplasma são algo complexo e que requerem muito recurso, investimento e pesquisa. Também
233 informou que a comercialização só pode ser realizada entre os grupos. Spies chamou atenção para o vício de
234 origem deste PL, que é quando o parlamentar cria um PL que acarreta em custos para o Estado. Neste caso,
235 o executivo que deveria entrar com o PL. Athos informou que foram inseridas no programa troca-troca,
236 sementes crioulas de polinização aberta. Porém, não há demanda para essas sementes. De acordo com ele,
237 na região de Anchieta e Guaraciaba há um trabalho da UFSC com variedades crioulas e sugeriu que seja
238 utilizado como projeto piloto com apoio do Estado. Alexandre salientou que há uma demanda de produção
239 orgânica no Estado. Ditmar informou que durante 6 anos o SC Rural estava acolhendo projetos para apoiar a
240 estruturação de cadeias produtivas, nesse sentido os produtores precisam apresentar projetos para conseguir
241 apoio. Por seu lado o Estado deve apoiar essas iniciativas que precisam partir dos produtores. Sobre a
242 questão de orgânicos de maneira geral, Francieli informou que já foi discutida com o secretário Sopelsa a
243 ideia de criar uma política de incentivo para produção e comercialização de orgânicos no Estado e que
244 também discutiria essa questão na reunião da CPOrg no dia 22 de setembro de 2017. Spies salientou que as
245 variedades de sementes de polinização aberta sempre fizeram parte do programa troca-troca da SAR. O

246 agricultor escolhe com o técnico a variedade que irá plantar. Santa Catarina possui um déficit de 50% no
247 abastecimento de milho da principal economia agropecuária, proteína animal, que representa 61% do PIB
248 agropecuário e o Estado não tem possibilidade de aumentar a área de plantio, precisando, desta forma,
249 aumentar a produtividade, o que requer genética de alta performance. Os produtores que acessam a
250 tecnologia de ponta já colhem mais de 12 ton/ha. O grande interesse do programa de semente de milho é
251 fazer com que agricultores familiares também possam acessar um pacote tecnológico para aumentar a
252 produtividade média. No ano 2000, Santa Catarina colhia a média de 4 ton/ha e no ano de 2017 a média foi
253 de 8 ton/ha. Por tudo isso, Spies acredita que o incentivo à produção de sementes crioulas deve ser realizado
254 num programa específico para esta finalidade. **b) Regularização fundiária.** Hilário informou que tem um novo
255 processo de varredura de regularização fundiária que será iniciado em 4 municípios. Esse levantamento será
256 realizado a partir de imagens aéreas. **c) Código ambiental.** Isaac acredita que a lei ambiental precisa de
257 ajustes para manutenção da biodiversidade. Spies informou que essa lei é de âmbito nacional e que não
258 compete ao Cederural as alterações. Pedrozo questionou ao Miotto da Cidasc sobre o andamento da Lei de
259 Defesa Vegetal. Este informou que está na Diretoria de Defesa Agropecuária. Sobre o questionamento,
260 informou aos demais conselheiros que a FAESC está investindo recursos na erradicação do cancro europeu,
261 mas se não tiver uma política onde o Estado não possua poder de polícia, esta não terá efetivo. Francieli
262 informou que a Câmara Setorial de Defesa Sanitária deverá chamar uma reunião no próximo mês e
263 juntamente será realizada a primeira reunião do Comitê de Sanidade das Pomáceas.
264 **III. Encerramento:** Tendo sido esgotada a pauta proposta, a secretária executiva, Francieli Magri, agradeceu
265 a presença de todos os conselheiros, pelo empenho e colaboração na reunião. Em não havendo mais
266 manifestações, eu, Francieli Magri, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada, por mim,
267 pelo presidente e membros do Cederural. Florianópolis, 25 de setembro de 2017.

Francieli Magri
Secretária Executiva do Cederural